



IMPACTOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NA PRECARIZAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA

Thiago Oliveira Gonçalves¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo a compreensão de como a agenda econômica brasileira influencia a educação básica e conseqüentemente o ensino de História. A posição que o Brasil se insere no estágio do Capitalismo contemporâneo e o paradigma liberal com agendas subordinadas a pressões exteriores geram uma crise no ensino como um todo e uma precarização no currículo e obstáculos didáticos para o ensino de História.

Palavras-Chaves: Economia Brasileira; Liberalismo; Capitalismo Subordinado; Currículo de História; Precarização.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho ensaiaremos sobre as trata cicatrizes, reflexos e as conseqüências da agenda econômica brasileira no campo educacional. Não me delongarei na análise final da atual conjuntura brasileira, mas fornecerei um recorte de como a construção do modelo econômico brasileiro foi desenvolvida e como isso impacta nos usos de construtos e ideologias, na organização da educação básica e superior, nos financiamentos dos estudantes e conseqüentemente no currículo de História.

METODOLOGIA

Novos sujeitos de direito emergiram nos espaços educacionais após a promulgação da Constituição de 1988. A atual Carta Magna brasileira garante não só a obrigatoriedade da oferta do Estado de educação escolar, mas forneceu bases para que a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, promulgada em 1996 assegurasse a obrigatoriedade da frequência na escola para todos alunos com até 18 anos (BRASIL, 1996). A partir disso, houve uma inserção de novos atores sociais, fenômeno na qual gerou cada vez mais indagações sobre a função social da escola pública e as motivações/intenções das políticas educacionais. Percebemos a partir desse cenário uma falta de preocupação do perfil de professores. Como eles são afetados pelo modelo econômico. Sim, sabemos que devemos indagar que se o aluno é problema ou a razão? E que devemos fugir de um puro utilitarismo, contudo não devemos fugir do confronto e da dúvida que acomete a todos na educação: a periferia vai a escola para quê? E como o professor

¹ Graduado na Licenciatura em Ciências Humanas pela FASESP- Faculdade SESI-SP de Educação e em História pelo Centro Universitário Ítalo-Brasileiro. E-mail: thiago.oliveira.1996@gmail.com

está inserido nisso? Como encontra sua ética profissional e seus dilemas socioemocionais? Acreditamos que essa deve ser nossa base para compreendermos também a precariedade no currículo de História desenvolvida nos últimos anos.

Essas discussões, conseguimos desenvolver a partir da análise da formação do Estado Moderno. A princípio, o Estado Moderno surgindo com uma intenção de ser apenas regulador do contrato social mediante leis e monopólio da força (FLORENZANO, 2007), mas conseguimos perceber uma organização que orienta uma sociedade pela ideologia e força. Assim, a escola obrigatória surge com aspirações e objetivos específicos (ARANHA, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No caso do Brasil, pelo nosso passado colonial e escravagista que durou três séculos, a continuidade dos objetivos específicos da forma estatal brasileira irradiou nas políticas educacionais na contemporaneidade e no jeito que o neoliberalismo é empregado aqui. Devido a especificidade do Brasil ser um país de Capitalismo subordinado (VIANA, 2009), as pressões estrangeiras de almejar uma construção de determinados sujeitos conduz a educação a se movimentar numa lógica econômica-empresarial (AQUINO, 2014). Esta constatação se dá a partir de entendermos as coisas, ou a partir da Lei Natural, concepção dos positivistas, que envolve o individualismo e a meritocracia ou pela Luta de Classes, que envolve a expressão teórica concreta da realidade e uma saída social e coletiva.

Assim, a persistência de baixos salários e do subemprego nos países latino-americanos ressaltada por Bielschowsky (2010) em seus estudos da obra de Celso Furtado vão além do impedimento das melhorias que os ganhos da produtividade podem dar aos trabalhadores, mas na contemporaneidade esta desigualdade e periferização dos produtores brasileiros se dão mediante as pressões dos países-sede dos oligopólios globais.

Portanto, constatamos que o caso educacional do Brasil tem que ser analisado a partir da historicidade e da Luta de Classes. Isso se dá a partir das contribuições materialistas. A continuidade colonial na qual foi ressaltada anteriormente se deve-por isso a partir daqui devemos ir além de Furtado- mediante o regime de acumulação de capital e suas consequências, como precarização do trabalho, a intermitência e a subordinação.

A acumulação de capital foi uma obsessão dos estruturalistas e de Furtado, lamentavelmente negligenciada na atualidade. A análise neoestruturalista do tema é adequada porque relaciona a escassez de investimentos com incertezas macroeconômicas, dentre elas a volatilidade do capital, a instabilidade nas taxas de câmbio e de juros, e a retração e oscilação nos níveis de atividade, mas pouco tem sido dito sobre a relação entre propensão a investir e as reformas (liberalização comercial e privatização) e sobre propensão a investir em geral (BIELSCHOWSKY, 2010).

Então, devido ao dinamismo da acumulação, novas exigências no mundo do trabalho foram determinadas. Concernente a posição do Brasil, por causa do viés subordinado e uma política aberta ao capital estrangeiro, pressões de organizações globais resultaram no alinhamento as diretrizes educacionais. A partir da Lei 9394/96 e da criação dos PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999, 2002), novos sujeitos de direito emergiram no campo educacional. A obrigatoriedade da escola, os financiamentos de graduação, o currículo e a formação de professores mesmo trazendo avanços, revelaram retrocessos. O que está em jogo não é uma mera celebração do acesso à educação. O que é preciso em uma concepção crítica é a discussão de qual educação é essa, sua qualidade e seu projeto ideológico.

Essa escolaridade brasileira possui um impacto maior na periferia. Principalmente na questão prisional, na qual grupos marginalizados devido a essa normatização da escolaridade acabam sendo ostracizados e o Estado usando seus outros meios de controle para adormecer as lutas. Isso é evidente na instituição no Novo Ensino Médio, em que indiretamente impactam camadas desprivilegiadas da sociedade. Conduzindo assim a um embrutecimento da população e enfraquecimento de acirramento da luta de classes. Esse neoliberalismo se intensifica no governo Lula. Conforme Teles (2019, p. 124) comenta:

[...] Lula assinala o não rompimento com as demandas impostas para os países de capitalismo subordinado, cumprindo à risca a cartilha emitida pelos órgãos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional etc.): “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos” [...].

Inúmeras camadas da sociedade nutriram esperanças com a ascensão de um governo com base progressista, como é caracterizado a figura de Lula e do Partido dos Trabalhadores.

Após perder três eleições presidenciais, as concepções com relação a situação do mercado começaram a mobilizar agendas que culminaram no êxito da campanha presidencial de 2002, e consequentemente um comprometimento da esquerda exitosa com a agenda neoliberal, paradigma desse estágio do capitalismo. Tais concepções moldaram a forma como foram conduzidos os investimentos, o financiamento e o desenho estratégico das formações dos professores e da organização escolar dos anos de 2003 para frente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências, portanto, do direcionamento econômico brasileiro e sua localização na divisão internacional do trabalho geram projetos que culminam em currículos não didáticos. O surgimento da Base Nacional Comum Curricular-BNCC (BRASIL, 2018) serviu para uma flexibilização e inspiração para as redes de educação elaborarem seus currículos. No tocante da parte que contempla o Ensino Médio, a BNCC encara o componente curricular História apenas no Ensino Fundamental, enquanto no Ensino Médio as habilidades históricas estão generalizada na área “Ciências Humanas e Sociais aplicadas”, alargando em demasia e não servindo como base para assegurar os conhecimentos históricos de maneira eficaz aos alunos que estão no fim da educação básica.

Isto envolve, dessa maneira, um projeto, onde redes de ensino gerarão um currículo com um quadro de profissionais que compreendem de conteúdo, didática e que são bem remunerados, e redes vulneráveis, públicas, de esferas municipais e estaduais confundirão os alunos pelo arranjo curricular e como os assuntos se desenvolvem a partir dos anos letivos, contribuindo assim para um processo de embrutecimento dos mais desprivilegiados.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Julio Roberto Groppa. O controverso lugar da psicologia na educação: aportes para a crítica da noção do sujeito psicopedagógico. **Psicologia, ensino e formação**, v.5, n.1, p.5-19, 2014.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
- BIELSCHOWSKY. Ricardo. **Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo**.

2010. Revista CEPAL. Disponível em:
<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/82740e0d-b687-4acd-b5c6-7af625c58c8d/content>

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais– ensino médio – parte IV** - Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Médio. Brasília: MEC. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf. Acesso em: 04 ago 2024.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 11-39, 2007.

TELES, Gabriel. A conformação neoliberal das políticas educacionais de ensino superior no governo Lula. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 11, n. 2, p. 122-138, 2019.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida, SP: Ideias e letras, 2009.